

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “TRIBUTAÇÃO E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO IMPACTO DO DIREITO TRIBUTÁRIO NAS HOLDINGS FAMILIARES”¹

REVIEW OF THE ARTICLE ENTITLED “TAXATION AND THE FAMILY: AN INTERDISCIPLINAR ANALYSIS OF THE IMPACT OF TAX LAW ON FAMILY HOLDINGS”

Regina Celia da Silva Paiva²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9939250690661470>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9274-8125>

E-mail: reginacelya@gmail.com

Resenha da Obra:

SILVA, Aline de Assis da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Tributação e Família: uma análise interdisciplinar do impacto do direito tributário nas *holdings* familiares. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Vol. 11, n. 41, p. 191-215, nov., 2020.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Tributação e Família: uma análise interdisciplinar do impacto do direito tributário nas *holdings* familiares”. Este artigo é de autoria de Aline de Assis da Silva e Jonas Rodrigues Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Vol. 11, n. 41, p. 191-215, nov., 2020.

Palavras-chave: *Holdings* Familiar, Planejamento tributário, Patrimônio familiar, Empresa, Família.

Abstract:

This is a review of the article entitled “Taxation and the Family: An interdisciplinary analysis of the impact of tax law on family holdings”. This article is by Aline de Assis da Silva and Jonas Rodrigues Gonçalves. The article

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Érida Cassiano Nascimento.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

reviewed here was published in the journal "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros". Vol. 11, no. 41, p. 191-215, Nov., 2020.

Keywords: *Family Holdings, Tax Planning, Family Assets, Company, Family.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Tributação e Família: uma análise interdisciplinar do impacto do direito tributário nas *holdings* familiares". Este artigo é de autoria de Aline de Assis da Silva e Jonas Rodrigues Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros". Vol. 11, n. 41, p. 191-215, nov., 2020.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Considerando que a formação e a experiência de cada autor auxilia na proposição dos temas que cada um se projeta a desenvolver, conheçamos um pouco sobre as experiências de cada um.

A primeira autora desta obra é Aline de Assis da Silva, que é Bacharela em Direito pela Faculdade Processus e discente no curso de pós-graduação em Direito Tributário pela Faculdade Processus.

O segundo autor desta obra é Jonas Rodrigo Gonçalves, Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2019-2022). Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euro Americano/DF (2008). Especialista em Letras (Linguística): Revisão de Texto pela Universidade Gama Filho/RJ (2010). Especialista em Didática do Ensino Superior em EAD e em Docência na Educação Superior pela FACESA/GO (2017). Especialista em Formação em Educação a Distância pela Unip/DF (2018). Possui Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (Unip). Possui Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2002), habilitando-se também à licenciatura plena em História, Psicologia e Sociologia (Portaria MEC 1.405/1993). É autor e/ou coautor de 61 livros e/ou capítulos de livros publicados. Atualmente é professor universitário, editor e revisor de periódicos.

Este artigo encontra-se dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências. O desenvolvimento do artigo em tela foi subdividido em subcapítulos com os seguintes títulos: *holding* familiar, objetivos da *holding* familiar, estruturação empresarial, uniformidade e expansão dos negócios, proteção patrimonial, redução do impacto das desavenças familiares e proteção contra fracassos amorosos, planejamento sucessório, planejamento

tributário, principais aspectos tributários da constituição e da manutenção da *holding* familiar, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto sobre Transmissão de *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), vantagens e desvantagens: ponderação e análise.

No resumo deste artigo consta:

O tema deste artigo é a Tributação e Direito de Família: uma análise interdisciplinar do impacto do Direito Tributário nas *Holdings* Familiares. A hipótese apontou o seguinte problema: é vantajosa a criação de uma *holding* familiar para o titular do patrimônio sob o enfoque do Direito Tributário? O objetivo geral é verificar se a criação de uma *holding* familiar para o detentor do patrimônio sob o enfoque do Direito Tributário é vantajosa. Os objetivos específicos são: realizar uma análise interdisciplinar das *holdings* familiares; estudar os aspectos tributários na constituição e na manutenção da *holding* familiar; e analisar as vantagens e as desvantagens da constituição de uma *holding* familiar. Este trabalho é importante por promover uma análise atual e interdisciplinar das *holdings* familiares com implicações empresariais, familiares e tributárias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com três meses de duração (SILVA; GONÇALVES, p. 191-192, 2020).

O tema do artigo resenhado é Tributação e Família: uma análise interdisciplinar do impacto do direito tributário nas *holdings* familiares. No artigo em questão foi discutido o seguinte problema: a criação de uma *holding* familiar para o detentor do patrimônio sob o enfoque do Direito Tributário é vantajosa? O artigo trouxe como hipótese o questionamento se a criação de uma *holding* familiar é vantajosa para o titular do patrimônio.

Neste artigo, o objetivo geral foi verificar se a criação de uma *holding* familiar para o detentor do patrimônio sob o enfoque do Direito Tributário é vantajosa. Os objetivos específicos foram: realizar uma análise interdisciplinar das *holdings* familiares; estudar os aspectos tributários na constituição e na manutenção da *holding* familiar; e analisar as vantagens e as desvantagens da constituição de uma *holding* familiar sob a perspectiva tributária.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: para a ciência o tema se faz relevante, pois traz consigo muitas implicações empresariais que buscam abordar a construção de uma arquitetura societária que se molde a realidade apresentada pelas empresas familiares e o futuro das

novas gerações na organização. Para a sociedade, a publicação deste artigo é relevante, pois permite realizar um estudo social diante da demanda do Direito Empresarial, Tributário e de Família, e, da sua abordagem nas constantes mudanças da ciência e da realidade social sobre os *holdings* familiares. Para os profissionais do Direito a pesquisa se mostra relevante, porque aborda sob os aspectos do Direito Tributário para redução da carga tributária das atividades familiares baseadas no que a lei determina.

A metodologia apresentada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi a pesquisa teórica, bibliográfica, fundamentada em artigos científicos e em livros acadêmicos, bem como lei, doutrina e jurisprudência com três meses de duração.

Os autores explicam no início do texto que o termo *holding* deriva de um verbo inglês que tem vários significados, mas, tem como principal essência manter, guardar, assegurar, controlar. A *holding company* ou *holding* designa pessoas jurídicas que agem como titulares de bens e direitos que detêm em seu patrimônio particular como bens móveis e imóveis, propriedades intelectuais, participações societárias e investimentos financeiros com a função social de participar de outras sociedades.

A existência das *holdings* já era mencionada mesmo de forma implícita desde a década de 1970, sendo citada na Lei das Sociedades Anônimas na forma de companhias, cujo objeto de participação era atuar em outras sociedades, de forma temporária ou permanente, direta ou indireta. Também pela participação nestas sociedades, a *holding* era controlada por atividades semelhantes ou complementares ao objeto da controladora, não estando a *holding* atrelada a nenhum formato ou tipo societário, adaptando-se ou transformando-se no aspecto desejado de cada formato societário, desde que não ultrapasse os limites legais de cada formato, atuando para tanto como ferramenta administrativa.

Os autores afirmam que a *holding* pode ser constituída por pessoas físicas ou jurídicas, denominando-se pura quando constituída unicamente por capital social de outras sociedades, cuja única receita é juros e lucros distribuídos sobre o capital próprio oriundos das sociedades que participam. A espécie pura não desenvolve atividade de maneira comercial diferente da espécie de *holding* mista que além de participar do capital também participa da negociação.

Segundo Mamede e Mamede (p.196), citado pelo autores, a *holding* familiar diferencia-se por ser ter direcionamento no meio familiar, organizada e administrada por seus membros, podendo adotar planejamento de sociedade simples, limitada, anônima ou comandita por ações, assim, os seus membros

podem ser sócios da empresa original passando de sócios da própria *holding*. Os termos contratuais devem ser constituídos a partir da vontade dos sócios ou dos acionistas obedecendo à legislação vigente.

O texto aborda ainda que a *holding* mista participa do capital social de outras sociedades e detém quotas e/ou ações a partir de atividade empresariais. Se a sociedade for titular de quotas e/ou ações de outras sociedades, a fim de deter o controle da organização, trata-se de uma *holding* de controle. Se não houver o controle, trata-se de uma *holding* de participação que pode ser denominada como *holding* de administração, quando tiver a função de administrar outras sociedades controladas ou não.

Corroborando com a definição do tema, os autores endossam em um dos subcapítulos, que o objetivo da *holding* familiar é proteger o patrimônio familiar para que este possa permanecer protegido por gerações, possa ser expandido e garanta lucro aos acionistas pelo bom desempenho dos empresários, mesmo diante do cenário crítico econômico apresentado em todo o país. Dessa maneira, é possível criar uma estrutura sólida capaz de sobreviver às inconsistências do mercado, os riscos da atividade empresária e a redução da carga tributária permitindo às empresas a expansão dos negócios, a construção de outras sociedades, a realização de fusões, dentre outras perspectivas.

Para Mamade e Mamade (p. 199), citado pelos autores, a finalidade da *holding* é proteger os bens que formam a sociedade contra apropriação de terceiros a fim de fortalecer a participação familiar e resguardar as quotas sociais dos problemas pessoais que envolvem a própria estrutura familiar e a resolução de muitos conflitos.

O artigo aborda a visão de proteção familiar organizada a partir dos limites da legislação vigente. Desta maneira, se for comprovado que a criação da *holding* familiar aconteceu com o objetivo de agir com má-fé a fim de fraudar obrigações societárias, os sócios responderão pessoalmente pelas obrigações através da desconsideração da pessoa jurídica.

O ato constitutivo de uma *holding* traz a vantagem de que os sócios possam definir estratégias que visem o planejamento sucessório, permitindo que a sucessão empresarial aconteça mais rápido e sem maiores burocracias. Dessa maneira, a sucessão será conduzida pelo próprio empresário, sem a necessidade de procedimento de inventário, dando continuidade ao empreendimento e proteção do patrimônio por meio da nova estrutura organizacional.

Em um dos capítulos do texto, os autores abordam as questões de planejamento tributário, como sendo um dos principais objetivos da constituição

da *holding* familiar para a obtenção de vantagens fiscais, sendo assim, vantajosa para a empresa familiar mesmo se tratando de um procedimento trabalhoso e oneroso. Por esta razão, criar uma *holding* deve ser uma decisão pensada e discutida, a fim de que possa-se realizar um bom planejamento financeiro e tributário, sem esse conhecimento prévio o negócio familiar pode ser severamente prejudicado ocasionando grande prejuízo financeiro.

Com a integralização dos bens eleitos pela família para a integralização do capital social da empresa, a família passará da qualidade de proprietária para sócia quotista do patrimônio transferido, e, a *holding* passará a ser a proprietária do patrimônio transferido. Desta transmissão nasce a necessidade do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI). Observa-se no texto ainda que os autores citam a imunidade sobre o pagamento do referido imposto dada a sua previsão no artigo 156, § 2º, da Constituição Federal de 1988, dependendo da sua atividade preponderante.

Ainda sobre a incidência dos impostos, o texto traz a incidência do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), como as quotas ou ações da *holding* familiar se encaixam como bens móveis, se for realizada a doação o imposto será devido de acordo com a legislação própria de cada estado, devendo ser observados os custos tributários da doação, a fim de não onerar excessivamente os herdeiros, podendo ser planejada financeiramente pelos doadores.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda também foram discutidos pelos autores através da sua funcionalidade por compreenderem impostos que incidem diretamente na administração da *holding* já que estão ligados aos rendimentos e ao patrimônio empresarial.

Por fim, os autores asseveram que há vantagens e desvantagens na construção da *holding* familiar já que existem vários riscos na ponderação entre lucros e prejuízos ao patrimônio empresarial. Mesmo assim, eles defendem que a sua constituição pode ser vantajosa se bem organizada e planejada por ser um potencial vetor de economia tributária trazendo uma série de possibilidades para a família e a empresa familiar. O trabalho resenhado ainda abordou de maneira interdisciplinar o conceito e formação das *holdings* familiares e o impacto sofrido por elas pelo Direito Tributário, através da análise dos principais tributos de formação e manutenção, além do enfoque conceitual da abordagem temática em oposição a economia e o planejamento tributário em acordo com a legislação vigente.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 23 set. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 23 set. 2021.

SILVA, Aline de Assis da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Tributação e Família: Uma análise interdisciplinar do impacto do direito tributário nas *holdings* familiares. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 11, n. 41, p. 191-215, nov. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/272>>. Acesso em: 18 out. 2021.